

AMIZADE CÚMPLICE

Sérgio Castanho

Professor Colaborador da FE/Unicamp

Prometi ao Roberto Goto e ao Renê Trentin, organizadores deste colóquio¹, falar sobre ambos os homenageados desta assentada, os professores doutores Rubem Alves e José Luiz Sigríst, ambos falecidos recentemente, ambos docentes desta casa, ambos meus diletos amigos. Disse também, ao aceitar o desafio de proferir algumas palavras sobre eles, que me deteria principalmente no doutor Sigríst, a quem as circunstâncias da vida me aproximaram mais. Farei isso, iniciando, se me permitem, com algumas poucas de palavras sobre aquele que nem mesmo um dicionário inteiro daria conta de esgotar a fecunda, riquíssima e inexaurível personalidade: Rubem Alves.

Conheci Rubem Alves pelo Sigríst. Não foi aqui na academia. Foi pelos cantos e recantos desta Campinas. Alves e Sigríst foram colegas de magistério universitário em Rio Claro primeiro, nesta casa depois. Foram muito próximos até que a vida os separasse. Falar sobre a vida pública do Rubão, como muitos o chamavam? Perda de tempo. Muitos, no Brasil e fora dele, disso se ocuparam. Professor, filósofo, teólogo, poeta, orador de fala mansa, escritor de vasta bibliografia, cronista de fôlego longo, psicoterapeuta, pai de Raquel, Marcos e Sérgio, marido da Lidinha – por onde começar? Por nenhum destes caminhos. Trilharei um menos conhecido: o do amigo *causeur*. Que é um *causeur*? Não traduzirei com o

1 O presente texto foi lido pelo autor por ocasião da edição especial dos Colóquios de Filosofia e História da Educação que teve lugar no Salão Nobre da Faculdade de Educação da Unicamp, aos 27 de março de 2015, sob o título *Dois capítulos filosóficos na história do Defhe: Rubem Alves e José Luiz Sigríst*. Cabe lembrar que esses Colóquios são promovidos tradicionalmente pelos grupos Paideia e HistEdBr nas últimas sextas-feiras de cada mês letivo.

óbvio “conversador”, que não exprime a fina semântica da palavra. *Causeur*, do francês, vem de *causer*, “conversar”. Mais que conversador, o *causeur* é o cultor da arte de conversar, de contar, de rodear o objeto da fala por todos os lados, aquilo que o nosso Lobato diria um contador de “causos”, uma Dona Benta mineira, magnetizante. Alves era causador de simpatia, prendedor da atenção, centro do grupo em que estivesse. Mas não se pense que buscava o monopólio da palavra. Sabia ouvir, sabia valorizar a participação do interlocutor, geralmente vários interlocutores. Pois foi num tal grupo – que se reunia nos sábados à tarde e de que eu fazia parte – que me aproximei mais do Rubem. Quem se reunia? Uma diversificada fauna em que havia dois psiquiatras, uma artista plástica, um jornalista, vários professores universitários, um deles reputado poeta, e por aí vai num círculo de algo mais de dez pessoas. Por que se reuniam? Ninguém sabe. Sobre que falavam? Como diziam os clássicos latinistas, como o Sigrist, *de omnia re scibile*, de todas as coisas das quais se podia saber. Quem liderava o grupo? Ninguém. Quem traçava a ordem dos assuntos a comentar? Ninguém. Havia entre todos um vago interesse cultural, nesse sentido um pouco elitista de “coisa cultivada”. Certa ocasião, a artista plástica relatava uma experiência que tinha tido de se ver invadida por um turbilhão de cores, de luzes, de brilhos, que a tomavam como se estivesse sob efeito de alguma droga, de algum alucinógeno – e eis que surge a palavra mágica: alucinação. Que é isso – alucinação? De onde vem? Seria do latim? Esse “luci” no meio da palavra, dizia o Rubem, só podia estar ligado a *lucem*, do latim, de onde derivou “luz” na língua vernácula. É isso: nossa artista estaria vivendo um surto de luzes, uma experiência alucinatória sem qualquer componente químico, um raro e caro estado mágico – e assim a coisa andava, sempre o Rubem tocando as teclas poéticas como só ele sabia fazer. Dei aqui um exemplo. Mas isso se multiplicava *ad infinitum*, sobre os mais diferentes

temas, dos mais cotidianos aos mais excelsos. E assim era o Rubem, uma figura única, da qual se quebrou a forma para que não surgisse mais nenhuma. Talvez alguém tenha ficado com a pulga atrás da orelha: e a tal alucinação, qual sua origem? Pesquisei o assunto e concluí que a palavra vinha do latim *alux*, o dedão do pé, mais *cano*, cantar. Em suma, cantar de pé, cantar acordado, chegar ao êxtase poético de cantar como Camões cantava “as armas e os barões assinalados” estando desperto, sem sonhar.

De Rubem passo para o Sigrist, sobre quem me estenderei um pouco mais, sem que haja qualquer precedência de um sobre outro. Ocorre que o Sigrist foi-me mais próximo, numa relação de amizade tão intensa que a gente chegava a passar o dia todo junto e, quando caía a tarde e ambos nos recolhíamos cada qual a sua casa, ainda nos falávamos pelo telefone, nunca faltando assunto, por hora, hora e meia e às vezes até mais. Conheci José Luiz Sigrist pelos idos de 1959, ingressando ambos na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Campinas, ele após ter-se graduado em teologia pela Universidade Gregoriana de Roma, eu calouro de todo, adentrando os umbrais sacrossantos da academia pela vez primeira. Como ambos tivéramos uma escolaridade sem sobressaltos, restava a diferença de seis anos de idade entre nós só porque ele nascera seis anos antes e fizera um curso superior completo enquanto eu era um estudante secundarista. Mas havia outra diferença. Enquanto ele se alcandorava nos pináculos do espírito em Roma, porém circunscrito à disciplina rígida do seminarista, eu dava largas à inquietude da juventude militando na política estudantil secundarista, ao lado dessa outra figura que também cursou direito conosco, o doutor Joaquim Cândido de Oliveira Neto. Entre parênteses: doutor mesmo, não só pelo respeito aos que se bacharelam em direito, mas por se ter doutorado na velha academia de direito das arcadas do Largo de São Francisco. Fiz política estudantil secundarista seguindo os passos da JEC –

Juventude Estudantil Católica, nessa época ancorada no pensamento do filósofo tomista e liberal-democrata francês Jacques Maritain. Já na universidade, arrastei o Sigris para a política estudantil universitária – agora sob as bênçãos da JUC – Juventude Universitária Católica. Militamos primeiro no centro acadêmico da Faculdade de Direito e depois no Diretório Central de Estudantes, o DCE da Universidade. Os dois fomos presidentes do DCE, primeiro o Sigris, em seguida eu. Mas aí entram certos detalhes que convém explicitar.

Um belo dia, o reitor da universidade, a figura inesquecível de Monsenhor Emílio José Salim, chamou-nos os dois para uma conversa. Disse que o ministro da Educação do então presidente João Goulart, na altura Oliveira Brito, queria uma reunião com lideranças universitárias. Disse que ele, reitor, tinha sido contatado para facilitar a ida de estudantes da universidade para a tal reunião. Coisa inimaginável um ano depois, quando o movimento estudantil ganharia força e jamais iria a um encontro nacional pelas mãos de um reitor! Mas foi assim. Disse mais Monsenhor Salim que havia meditado sobre o assunto e decidira que iríamos nós dois, ligados à Igreja pela JUC e merecedores de sua confiança. E lá voamos para o Rio de Janeiro, no meu caso pela primeira vez na vida, e mantivemos a reunião com o ministro. Coisa de somenos! O importante foi que travamos conhecimento com a UNE – União Nacional dos Estudantes – e conhecemos a produção do Centro Popular de Cultura dessa entidade. Assistimos, entre outras apresentações do CPC, ao filme *Cinco vezes favela*. Para nós, aquilo tudo era uma revolução pessoal. Vimos que éramos politicamente ingênuos. Percebemos que aquele pessoal progressista, que apontava para a miséria do povo e indicava saídas políticas, poderia estar com a razão. Mais ainda: percebemos que se trilhássemos esse caminho não precisaríamos necessariamente sair da comunhão da Igreja. Viramos de

ponta cabeça. Pouco tempo depois fomos participar do congresso da UNE no hotel Quitandinha, em Petrópolis. Foi lá que completamos a virada: entramos na Ação Popular, a AP, conhecida como “o braço político da JUC”. Ouvimos Herbert José de Sousa, o Betinho, e nos encantamos com sua fala. De volta a Campinas, demos os passos necessários para a organização da AP na cidade. Tínhamos muito contato com o pessoal da AP em São Paulo, Sérgio Mota, Vassimon, José Serra, Walter Barelli e muitos outros que mais tarde iriam compor o quadro de governo de Fernando Henrique Cardoso. Em Campinas passou a compor conosco o Clóvis Carvalho, que acabou trinta anos depois ministro de FHC. Um momento especial para todos nós foi uma palestra que veio fazer-nos o padre jesuíta Henrique de Lima Vaz, filósofo de grande consistência, considerado o “guru” da AP e principal redator de seu documento-base. O nosso padre, em Campinas, era José Narciso Vieira Ehrenberg, também ele uma cabeça filosófica de importância incontestável. Pena que morreu inédito! Um de seus alunos anotou e transcreveu o curso de Filosofia da História que ele ministrou na Católica de Campinas – uma preciosidade! Esse estudante fez o que os alunos de Hegel fizeram com os apontamentos que resultaram no livro *La raison dans l’histoire*, que fiz copiar do original que me passou o Sigris. A diferença é que os apontamentos das lições do Padre Narciso não foram publicadas.

Falando de Sigris e do Padre Narciso, preciso falar de um grupo extremamente marcante na nossa vida universitária. Foi o grupo que se formou em torno do Padre Narciso para estudar a obra de Emmanuel Mounier, criador da revista *Esprit*, autor do *Personalismo*. Não ficávamos apenas em Mounier. Fazíamos também outras incursões como nos textos instigantes de Teilhard Chardin. O grupo ficou com a denominação de *Centro Emmanuel Mounier*. Era o mais efervescente núcleo de discussão de ideias da universidade. Eu traduzia do francês os textos de Mounier. Não

vou dar os nomes dos participantes dessas reuniões, mas um dos mais destacados era o Sigrist. Ele e o padre Narciso faziam o contraponto de Mounier com a filosofia clássica, os outros, eu também, voltavam-se mais para a tradução política do ideário de Mounier. Não é preciso dizer o quanto era “engajado” esse ideário – e estou usando uma expressão da época. “Engajados” eram os que transformavam as ideias em militância política; “alienados” eram ditos os que não se imiscuíam na política do movimento estudantil.

Terminamos o curso de Direito e nossa participação no DCE em 1964 – no mesmo ano em que eclodiu o golpe militar que instauraria a vintenária ditadura. Imediatamente ingressamos no corpo docente da Católica, o Sigrist na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, eu na de Direito e na de Filosofia. Ambos em vários cursos desta última, entre os quais Filosofia, Ciências Sociais e Pedagogia. Não contentes em lecionar, agitamos a bandeira da reforma universitária – que, a bem da verdade, não tinha nada de revolucionária. A mais ousada de nossas propostas era a participação discente nos colegiados da universidade. O resto eram traduções do esquema universitário norte-americano, com sua organização departamental, seu sistema de créditos e sua flexibilidade de cursos. Coisas que o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o ITA, já fazia em São José dos Campos. Mas aqui soava como uma trovada subversiva! No embalo do movimento reformista, acabamos eleitos pela comunidade acadêmica diretor o Sigrist, vice-diretor eu, ambos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O sonho durou pouco. Monsenhor Salim, o sábio reitor da universidade, falecera. Em seu lugar subira um professor de Direito, também promotor público, de nome Barreto Fonseca. Em dezembro de 1968 foi assinado o Ato Institucional nº 5, o famigerado AI-5 que tornou ainda mais truculenta a ditadura. O reitor, estreitamente ligado à guarnição militar

de Campinas, ameaçava constantemente de punição os participantes do movimento reformista. Aos poucos, começaram a ser atingidos, ora um, ora outro. O Sigrist foi apeado da direção da faculdade. Como vice-diretor, tive que assumi-la. Por pouco tempo, porém. Como a violência da reitoria contra o grupo reformista aumentasse a cada dia, em meados de 1969 fomos levados à exoneração coletiva. Éramos 49. Os alunos protestaram. Muitos dos nossos substitutos nas disciplinas que lecionávamos tiveram que ministrar aulas para alunos que ficavam de costas para os professores. Pungente! Mas contra a força não havia resistência...

Defenestrados, tivemos que cuidar da vida. O Sigrist e eu, juntamente com a figura ímpar de Marcel Dantas Campos, fundamos o ICEC – Instituto Campineiro de Extensão Cultural, onde dávamos cursos pagos para nos manter. Nesses cursos lecionávamos nós e alguns dos outros defenestrados, como o Calil, excelente economista, ex-diretor da Faculdade de Economia da Católica, e o Luís Otávio de Seixas Queirós, pontífice da psicologia comportamentalista, ex-diretor do Instituto de Psicologia da mesma universidade. Pena que durou pouco – e aí tivemos que trilhar caminhos diversos...

Reencontrei o Sigrist, fora alguns contatos isolados, aqui na Unicamp, creio que em 1982, no programa de pós-graduação em Educação. Antes, muito antes, eu me matriculara e frequentara a pós em Sociologia da USP, tendo como orientador o inesquecível Rui Coelho. Por um triz não me havia doutorado cerca de uma quinzena antes de meu ingresso na pós da Unicamp. Pois bem, agora eu como aluno e o Sigrist como professor e orientador, voltamos à convivência quase diária. Orientador de poucas palavras, dizia o Sigrist que eu podia caminhar com as próprias pernas. Mas não deixava de dar pistas que eu acabava por trilhar como viandante infatigável. Como professor era inexcelável! Tive com ele no mestrado a

disciplina FE-101 – Metodologia da Filosofia. Que aulas! Que brilho! A proposta do curso era evitar uma receita de filosofar e promover uma revisão dos fundamentos das ciências humanas, seus pressupostos filosóficos. Como toda metodologia traz consigo uma ontologia, não é possível estudar o método senão no interior de uma filosofia. Então o curso propunha-se tratar de duas unidades: primeira – o que significa um pensamento baseado no princípio da identidade – a lógica formal; e segunda – o que significa um pensamento baseado no princípio da contradição – a lógica dialética. Para dar conta desse percurso da lógica formal à lógica dialética, Sigrist convidava-nos a uma excursão através dos seguintes passos: 1. Filosofia clássica, abrangendo os pré-socráticos, Sócrates, Platão, Aristóteles e a escolástica; 2. Descartes, com o racionalismo e a discussão sobre o que é o conhecimento verdadeiro; 3. Empirismo, tomando como filósofo paradigmático David Hume; 4. Kant e sua *Crítica da razão pura*, cujo prefácio à segunda edição é edificante sobre a questão do método, pois estabelece que a lógica, contendo as regras formais do pensamento e não precisando lidar com os objetos do conhecimento mas só com o entendimento e a sua forma, está completa desde Aristóteles; 5. Hegel, sua crítica ao idealismo kantiano e o surgimento da dialética; 6. Marx e o outro lado da dialética; 7. A fenomenologia, um pensamento complexo a ser contextualizado no debate com o hegelianismo e o marxismo; e 8. O positivismo, que Sigrist considerava “a ideologia do conhecimento em nossos dias”. O curso todo era denso e claro. Mas se eu tivesse que destacar algo, este seria constituído pelas aulas sobre Hegel, que faziam da difícil nebulosa desse pensador alemão uma luz diáfana de fácil acesso. O objetivo do curso foi plenamente alcançado: estudar nos filósofos como eles filosofaram. E a estratégia didática de fazer as leituras sobretudo dos textos

dos próprios filósofos resultou em crescimento de todos quantos participaram do curso.

Ao tempo em que cursei os estudos pós-graduados na Faculdade de Educação da Unicamp – mestrado e doutorado, – havia uma espécie de disciplina, as *Leituras Independentes*, que o aluno fazia sozinho, cumprindo um programa de leituras e apresentando, ao fim, um relatório conclusivo. Fiz essa disciplina com o Sigrist no segundo semestre de 1984. O que ele me propôs fazer – e que fiz – era verdadeira maravilha. Desde o título: “O itinerário da subjetividade no interior do pensamento filosófico moderno e contemporâneo”. O subtítulo era: “A subjetividade como fundamento de toda e qualquer representação de mundo”. E os momentos decisivos não podiam deixar dúvida quanto à pretensão do programa: 1. O *cogito* cartesiano; 2. O “eu transcendental” em Kant; 3. O *Volksgeist* (“espírito do povo”) em Hegel; 4. A “consciência de classe” em Marx; e 5. Subjetividade-liberdade em Heidegger e Sartre. A bibliografia a vencer não era fácil e incluía textos diretos dos autores, como *A fenomenologia do espírito*, de Hegel, até textos de apoio, como diversas histórias da filosofia, a *Introdução ao pensamento de Hegel*, de Jean Hyppolite, e assim por diante. Não preciso dizer que essas leituras contribuíram, e muito, para a minha formação. E também que a plataforma proposta por Sigrist foi simplesmente magnífica.

Sob a orientação de Sigrist defendi o mestrado e o doutorado. Uma vez doutor, continuei trabalhando na PUC-Campinas, à qual tinha voltado depois do fim da ditadura e de seu preposto na reitoria. Voltei sem qualquer favorecimento: por concurso. Continuei tendo algum contato com o amigo e orientador Sigrist, mas pouco. Até que em 1996, após aprovação em concurso público de títulos e provas, ingressei na Faculdade de Educação da UNICAMP, como professor de História da Educação junto ao DEFHE –

Departamento de Filosofia e História da Educação. A partir daí meu contato com Sigrist amadureceu-se. Infelizmente, porém, por pouco tempo. Cerca de dois anos após meu ingresso, Sigrist aposentou-se e saiu. Apesar disso, deu tempo para participar de algumas reuniões departamentais e de muitos encontros informais com ele. Era fantástico seu senso de análise conjuntural, sempre atento às direções que os agentes políticos e administrativos da faculdade e da universidade tomavam. Pena realmente que o tempo dessa convivência institucional tenha sido pequeno. Depois da aposentadoria, Sigrist quase não apareceu por aqui. Lembra-me que certa ocasião veio fazer uma conferência sobre filosofia clássica – área em que era insuperável. Mas ficou por aí.

Aposentado, recolheu-se à comunidade de Helvetia, à convivência com sua ampla família, ao aconchego do lar em Indaiatuba na companhia de sua dedicada esposa Lia, à Igreja que nunca deixou e à qual se dedicou nos últimos tempos cantando no coral do simpático templo helvético, e, por fim mas de grande significado, fazendo parte do grupo de pesquisa da municipalidade indaiatubana que estudava a história da cidade, especialmente no seu recorte cultural.

Há pouco tempo Sigrist deixou-nos para sempre. “Foi-se para mais não vir, por esse rio encoberto”, como dizia o poeta. Mas muito dele fica, no coração e no espírito de seus familiares, amigos, colegas, alunos e admiradores. *Requiescat in pacem*, amigo.